

# Crônica de uma hiperinflação anunciada

Sebastião Marcos Vital \*

Assiste-se, na atualidade, a uma preparação da sociedade brasileira para uma hiperinflação anunciada. Os setores empresariais recrutam técnicos que lhes indicam as possíveis táticas de defesa individual num regime de alta vertiginosa de preços. Os sindicatos já passaram a incluir o recebimento da "cesta básica" como componente dos salários, percebendo que a moeda nada significará. Os motoristas de táxi só aceitam cruzados como meio de troca, já que a "unidade taximétrica" é a medida de valor de seus serviços. Os depósitos remunerados e as operações *overnight* se popularizam a ponto de se tornarem familiares até mesmo para as crianças. O mercado de moeda estrangeira "paralelo" é tão florescente e legal que até mesmo a rede oficial de TV divulga diariamente as cotações.

De outro lado, estão os ministros da Fazenda e do Planejamento lutando, isolada e obstinadamente, para combater o déficit consolidado do setor público e evitar a marcha batida para a insensatez hiperinflacionária. Mas, a diferença numérica é flagrante.

Com base na teoria das expectativas racionais, a sociedade parece estar mais correta do que o governo, e a hiperinflação, embora não seja inexorável, vai-se tornando altamente provável. A ausência de uma clara, firme e decidida mudança nos rumos da política econômica ratifica a opinião pública e conduz o país rumo a uma hiperinflação anunciada.

As experiências históricas da década de 20 e pós-2ª Guerra Mundial, além das contemporâneas, permitem, contudo, que se possa evitar o caos previsível com *mudanças claras na direção das políticas econômicas*. As características antecedentes, comuns a todos os países que sofreram a hiperinflação no atual século, são as seguintes: a) redução persistente da atividade econômica; b) queda no nível do investimento; c) pagamento de reparações de guerra ao exterior; d) profundos desequilíbrios fiscais, com elevados déficits públicos; e e) financiamento do déficit pelo Banco Central.

O conjunto de medidas que levou à estabilidade dos preços e da taxa de câmbio, na Áustria, Alemanha, Polônia e Hungria, nos anos 20, foi: 1) redução ou cessação dos pagamentos de reparações ao exterior; 2) mudança brusca na política fiscal com demissão maciça de funcionários públicos, fim dos subsídios, ajuste nas tarifas dos serviços públicos e recomposição da carga tributária; 3) criação de um banco central independente; e 4) proibição taxativa de o novo Banco Central financiar, a qualquer pretexto, o eventual déficit remanescente.

Em alguns países, como Alemanha e Hungria (1923), foi levada adiante também uma reforma monetária, com a troca da moeda. Esta medida, contudo, não influenciou o processo de estabilização dos preços. Tratou-se apenas de meio de facilitar a contabilidade e as operações diárias, com a supressão de muitos zeros. As medidas anteriores é que levaram à estabilidade dos preços. Alguns países — Áustria e Polônia e Hungria (1946) — só processaram a reforma monetária quando os preços já se tinham estabilizado. Já, aqui, nos dois Planos Cruzado, fez-se a reforma monetária antes da fiscal. Daí...

Mas, entre os que acham a hiperinflação inexorável e os que a julgam evitável, quem tem razão? Ambos!

Os primeiros baseiam-se na expectativa racional de que os sinais que o Executivo emite não indicam qualquer mudança nos padrões de comportamento do governo Sarney. Admitem, pois, uma política fiscal expansionista, como déficits públicos operacionais superiores a 4% do PIB, com financiamento parcial através do Banco Central, embora de forma dissimulada. A política monetária torna-se, então, subordinada e frouxa. A cobrança de impostos se faz, pois, através da taxa de inflação, penalizando mais acentuadamente os assalariados e

os demais segmentos sociais com poucas possibilidades de defesa. A taxação torna-se, pois, iníqua, perversa e, não raro, cruel. A indexação generalizada, em adição, passa a exigir *taxas de inflação em permanente aceleração*, para que se extraia o imposto inflacionário dos diversos segmentos sociais.

A aceleração inflacionária, por seu turno, conduz à tentação de se "atrasar" o ajustamento da taxa de câmbio, dada a influência desta no nível geral dos preços. A especulação contra a moeda nacional torna-se acentuada, e a queda das reservas e os problemas de liquidez e solvência não tardam. Num futuro previsível um abrupto ajuste na taxa de câmbio dispara um novo processo de alta acelerada de preços, que leva a inflação a outro patamar. E, de repente, à hiperinflação. Este foi, aliás, o caso da Argentina, em abril último, quando se criou o mercado livre de câmbio.

Já os que julgam a inflação evitável certamente se baseiam na experiência histórica da Tcheco-Eslováquia, que, em 1923, ao perceber os movimentos ascendentes de preços nos seus vizinhos — Áustria, Polônia, Alemanha —, mudou radicalmente os rumos de sua política econômica. Aumentou a carga tributária, cortou dispêndios, demitiu funcionários públicos e restringiu a oferta monetária. A estabilidade dos preços e câmbio foi logo obtida, antes que o caos econômico chegasse. Ao contrário de seus vizinhos, que só combateram o mal depois do mesmo instalado, os tchecos valeram-se da máxima: "É melhor prevenir do que remediar."

No caso brasileiro a solução está, pois, ao alcance da sociedade. O menu básico inclui, pois:

a) absoluta liberdade de preços, exceto para monopólios e oligopólios, que sofreriam acompanhamento *a posteriori*;

b) fim dos regimes formais de indexação;

c) firme redução das despesas públicas, aí incluídas as de custeio — pessoal, subsídios e incentivos fiscais —, e privatização de empresas estatais. O objetivo temporal prioritário é o equilíbrio das finanças públicas;

d) aumento e melhor distribuição da carga tributária, com redução de alíquotas e ampliação do universo de contribuintes. Todos os volteios legais que permitem a fuga de alguns privilegiados da tributação seriam suspensos;

e) criação de Banco Central independente. Sua diretoria teria mandato fixo e não coincidente com o do Executivo;

f) proibição explícita do Banco Central de financiar o déficit público. Este, se persistir, circunstancialmente, depois das medidas antes arroladas, será financiado pela emissão de títulos, com a conseqüente elevação da taxa de juros, diante de uma oferta monetária ajustada;

g) mudança nos fluxos de pagamentos ao exterior, reduzindo-se a transferência líquida, através de novas negociações;

h) atração de novos capitais de risco, de forma a complementar a poupança doméstica, nos termos da Lei 4.131; e

i) por fim, mas não menos importante, a reintrodução da ética na política e na condução da coisa pública.

Há, certamente, os que argumentam com os custos do programa de estabilização. Listam dificuldades do Executivo com o Congresso e quejandos. Estes devem conscientizar-se de que a hiperinflação imporá custos ainda maiores, e por duas vezes: os da desorganização e os da reorganização. É menos doloroso evitar a hiperinflação do que combatê-la.

O governo Sarney já dispôs de três programas nesta direção e os refugou. Ao invés de executar as diretrizes dos programas... executou os formuladores. Embora ainda faltem dois mandatos presidenciais antes do ano 2000, o governo Sarney já ostenta o título de o pior do século. Contudo, tem tempo ainda para se redimir. É possível se reverter a marcha insensata, e anunciada, para a hiperinflação. A questão é única e, exclusivamente, de visão e de vontade política. A sorte está lançada.